

Instrumentos financeiros para a agricultura sustentável:

O estudo de caso do Mato Grosso

Autores: IPAM e GCP

Contribuições de: Daniel Silva, Marcelo C C Stabile, Simone Bauch
Maio 2017

Este documento é resultado do trabalho conjunto do Global Canopy Program (GCP) e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) no projeto “Unlocking Forest Finance” (UFF). Desde 2013, o UFF trabalha na construção de opções de investimentos para o uso sustentável da terra em três regiões da Amazônia: San Martín, no Peru; Mato Grosso e Acre, no Brasil.

No Mato Grosso, o IPAM liderou este trabalho que envolveu pesquisa e análises das cadeias produtivas agropecuárias. A equipe do UFF avaliou o potencial para zerar o desmatamento sem afetar o aumento da produção agropecuária do estado de Mato Grosso.

Para maiores informações, veja: financingsustainablelandscapes.org

Citação sugerida: IPAM e GCP. 2017. Instrumentos financeiros para a agricultura sustentável: O estudo de caso do Mato Grosso. IPAM, Brasília-DF Disponível em: <http://globalcanopy.org/publications/incentives-for-sustainable-agriculture-mato-grosso-case-study>

Este projeto é parte da International Climate Initiative (IKI). O Ministério Federal do Ambiente, da Conservação da Natureza, da Construção e da Segurança Nuclear (BMUB) apoia esta iniciativa com base em uma decisão adoptada pelo Bundestag alemão.

Com o apoio do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear

com base em uma decisão do
Parlamento Alemão

Índice

Introdução	4
Instrumentos financeiros para o Mato Grosso e o Brasil	6
1. Empréstimos bancários	7
2 Equity	8
3. Títulos verdes (green bonds)	9
4. Doações	10
5. Seguro agrícola	11
6. Acordos de compra	11
Discussão: combinando instrumentos em um mecanismo financeiro	13
Conclusões e recomendações	14
Referências	15

Introdução

O estado de Mato Grosso é o maior produtor agrícola do Brasil. Em 2015, durante a COP 21 em Paris, o governo do Mato Grosso anunciou uma nova estratégia intitulada Produzir, Conservar, Incluir, que visa a aumentar a produção agrícola, conservar as florestas e melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores. O governo do Mato Grosso apresentou uma estimativa de USD 10 bilhões (Mato Grosso, 2016) a serem investidos na intensificação da produção, regularização ambiental e inclusão de pequenos produtores previstas na PCI. Este documento apresenta alguns dos instrumentos financeiros que podem ser usados para atrair capital privado e ajudar a promover tais objetivos.

O contexto no Brasil

A economia brasileira é fortemente dependente de produtos do setor primário, como o agronegócio, a exportação de minérios e outros. Ao mesmo tempo, o Brasil tem um papel importante na conservação global da biodiversidade com 256 milhões de hectares (Mha) de floresta no bioma amazônico (Inpe 2017). Na Amazônia a principal ameaça às florestas é o desmatamento que em 2016 aumentou em cerca de 30% em relação a 2015, chegando a 7.989 km². Na Conferência do Clima da ONU, em Paris (COP-21), o governo brasileiro comprometeu-se a zerar o desmatamento ilegal até 2030, mas não esclareceu como a expansão agrícola projetada (de 8,5 milhões de hectares) afetará esse objetivo.

A adoção de práticas agrícolas sustentáveis será crucial tanto para o meio ambiente como para a economia. Em conjunto ao cumprimento das leis ambientais, as práticas sustentáveis podem aumentar a produção de alimentos e, ao mesmo tempo, reduzir a pressão sobre as florestas existentes. No entanto, as práticas sustentáveis precisam ser incentivadas para se tornarem competitivas em comparação com a agricultura habitual e menos sustentável (“business-as-usual”). O desenvolvimento de mecanismos financeiros podem ajudar a criar os incentivos necessários.

O estado de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso foi responsável por 33% do desmatamento total na Amazônia até 2016. Na porção amazônica de Mato Grosso, 1.508 km² foram desmatados em 2016, uma queda de 6% em relação ao ano anterior (Inpe 2017). Na porção de Cerrado do estado, 429 km² de floresta foram desmatados no mesmo período (Lapig 2017).

O Mato Grosso é o principal produtor de commodities no Brasil, responsável por 24% dos 209 milhões de toneladas produzidas na safra 2015/16, o estado apresentou aproximadamente 23 Mha de pastagens em 2014 (LAPIG, 2014) e 8,9 Mha de plantações de soja em 2015. O valor total da produção agrícola no estado era de R\$ 37 bilhões em 2015, e a soja representou 65% deste total. O valor total da produção pecuária no estado foi de R\$ 12 bilhões¹ em 2015.

¹ Considerando o peso total dos animais abatidos no estado (IBGE 2017) multiplicado pelo preço médio (em R\$/@, de acordo com o Cepea) mais o valor da produção de leite (IBGE 2017)

A estratégia do Mato Grosso: Produzir, Conservar e Incluir

Para conciliar os desafios da produção de alimentos com a conservação ambiental, o governo do Mato Grosso apresentou uma estratégia conhecida como Produzir, Conservar e Incluir (PCI) durante a COP 21. A estratégia apresenta metas para 2030, incluindo:

- Intensificar as áreas de pastagem, aumentando a produtividade de 50 para 95 kg/ha/ano e liberando área para a expansão agrícola;
- Aumentar o manejo florestal sustentável;
- Compensar e restaurar áreas de passivo florestal em propriedades rurais que não estejam em conformidade com as leis ambientais (código florestal);
- Ampliar a assistência técnica rural e o acesso ao crédito para investimentos em práticas agrícolas sustentáveis;
- Eliminar o desmatamento ilegal até 2020, dez anos mais cedo do que a meta nacional.

Os desafios para alcançar as metas da PCI

O projeto UFF estimou que, nos próximos 10 a 15 anos, será necessário investir R\$ 43.4 bilhões em práticas agrícolas sustentáveis (Stabile et al. 2017) para aumentar a produtividade e reduzir o desmatamento. Os objetivos do UFF são similares aos da PCI. Essas práticas sustentáveis têm diferentes retornos médios, porém positivos, e a taxa interna de retorno variou de 9% a > 30%. Essas estimativas de retorno incorporam o custo de adequação com o Código Florestal.

Algumas das atividades menos estabelecidas apresentam retornos elevados (como castanha-do-brasil e piscicultura), mas não são adotadas em larga escala, provavelmente devido a conhecimentos limitados, falta de assistência técnica e acesso ao crédito, bem como o elevado custo inicial de mudança para práticas agrícolas sustentáveis. Muitos produtores preferem investimentos como o gado e a soja, que têm menor risco e maior liquidez com ganhos anuais ou intra-anuais.

Definições: instrumentos e mecanismos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato juridicamente reconhecido entre duas ou mais partes que tem um valor monetário ou define um direito ao pagamento em determinadas circunstâncias. Neste trabalho, consideramos instrumentos de capital (empréstimos, títulos, etc) que fornecem recursos financeiros e instrumentos de mitigação de riscos (seguros, garantias de crédito e acordos de cadeia) que alteram os níveis de exposição ao risco para as diferentes partes. Analisamos também o papel dos subsídios.

Os mecanismos financeiros combinam diferentes instrumentos financeiros para atingir o retorno e risco necessário para atrair investidores privados.

Instrumentos financeiros para o Mato Grosso e o Brasil

Esta seção examina vários instrumentos financeiros que poderiam ser usados para ajudar a financiar a transformação prevista pela Estratégia PCI. Algumas informações apresentadas aqui são baseadas em uma publicação recente da GCP, intitulada *Incentives to save the forest: Financial instruments to drive sustainable land use*. Para acessar esta publicação (disponível em inglês), acesse <http://globalcanopy.org/publications/incentives-to-save-forest-financial-instruments-to-drive-sustainable-land-use>.

O investimento em uso sustentável da terra é semelhante ao investimento em muitas outras áreas: diferentes instrumentos de capital são necessários em diferentes estágios, já que cada um tem um perfil de risco/retorno diferente. Subsídios podem ajudar os investimentos mais novos e não testados a sair do chão, ou mudar o retorno e o risco associado a um investimento para atrair capital privado. À medida que se torna mais estabelecido, determinados investimentos são capazes de atrair mais investidores. Os investimentos em larga escala e bem estabelecidos são capazes de captar recursos financeiros através da emissão de obrigações. Alguns instrumentos de capital estão descritos nas seções 2.1 a 2.4.

Desta forma, as oportunidades de atrair capital aumentam à medida que o risco de investimento é reduzido e o retorno aumenta. Os instrumentos de mitigação de risco podem ajudar a mudar o perfil de risco do investimento, diminuindo ou distribuindo o risco entre os agentes envolvidos e afastando-o do investidor. Estes instrumentos muitas vezes ajudam a reduzir determinados tipos de risco, a fim de se adaptar aos perfis de risco de diferentes investidores. Por exemplo, as garantias de crédito das instituições de financiamento de desenvolvimento podem assumir alguns dos riscos de concessão de empréstimos. O seguro climático pode agregar o risco de secas ou inundações de diversos agricultores, reduzindo o risco da carteira. Se um agricultor tem um acordo de compra de seus produtos, emprestar capital ou investir em ações pode ser mais atraente à medida que o risco de comercialização é eliminado. Dois exemplos destes instrumentos estão descritos nas seções 2.5 e 2.6.

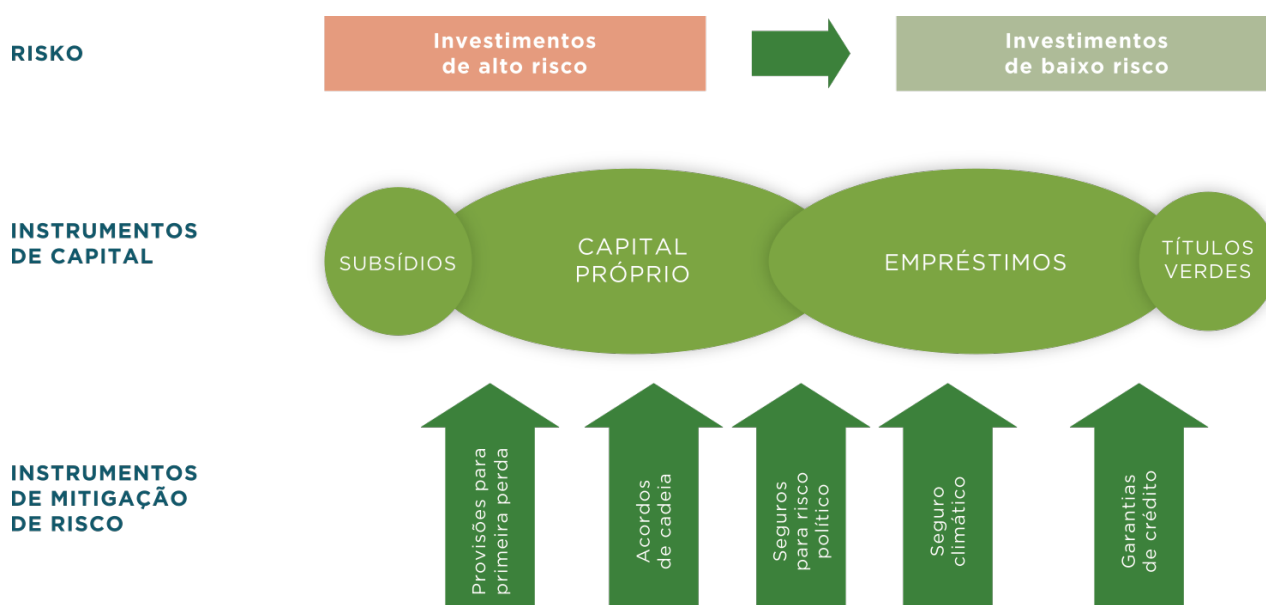


Figura 1. Instrumentos de capital e mitigação de risco para destravar mais investimentos privados.

1. Empréstimos bancários

Os empréstimos são um instrumento financeiro muito flexível e amplamente utilizado e, por conseguinte, podem financiar projetos em uma variedade de escalas, desde regiões inteiras até grandes empresas e pequenos agricultores. Os termos de empréstimo podem diferir de acordo com o objetivo do investidor. Por exemplo, taxas de juros mais baixas ou períodos de carência mais longos (o tempo antes do pagamento do empréstimo começar) podem ser oferecidos por governos ou “investidores de impacto” motivados pelo desejo de gerar benefícios ambientais ou sociais adicionais ao seu investimento. Empréstimos em longo prazo são particularmente úteis no caso de projetos de uso da terra que podem levar vários anos para gerar retorno.

No Brasil, os empréstimos agrícolas geralmente oferecem melhores condições do que outros tipos de empréstimos bancários. O crédito rural pode promover práticas sustentáveis, mas as linhas de crédito precisam estar alinhadas para promover uma agricultura sustentável. Isto pode se dar por meio de concessão de empréstimos com melhores condições de pagamento (menor juros e maior carência) para projetos inovadores e sustentáveis. Já existem alguns exemplos de crédito especializado no Brasil, como a linha de crédito ABC (Agricultura de Baixo Carbono).

Barreiras para a tomada de crédito

Em geral, o crédito agrícola destina-se a financiar tecnologias de baixo risco e mais consolidadas. Isso reduz a inadimplência, mas limita a inovação e teste de novas ideias. Além disso, linhas de crédito mais inovadoras, como o ABC (Agricultura de Baixo Carbono) não são competitivas em relação às atividades agrícolas convencionais. Por exemplo, as taxas de juros oferecidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) podem ser de 7,5% para os médios e grandes produtores, enquanto o ABC é de 8,5% ao ano (FGV 2015). Além da taxa de juros, o tempo de carência e período de pagamento também são barreiras importantes, especialmente para produtos que requerem diversos anos de investimento antes da geração de renda (tais como florestas plantadas e café).

Uma grande barreira para os beneficiários do crédito rural é a escassez de técnicos qualificados para desenvolver e fornecer assistência técnica para projetos de agricultura sustentável com alto investimento inicial em tecnologias agrícolas inovadoras (que são geralmente intensivas em capital quando comparadas com as práticas mais comuns). Alguns estudos identificaram altos custos iniciais e restrições de crédito como os principais gargalos para o aumento da produtividade agropecuária (Stabile et al., 2012, Latawiec et al 2017).

Por último, há também preocupações quanto à capacidade dos investidores em reconhecer a inovação e avaliar objetivamente os projetos. Por exemplo, o Banco do Brasil (o maior operador de crédito rural brasileiro) tem dificuldade de financiar fazendeiros que apresentam maior lotação (rebanho por hectare) quando acima da média regional². Vale ressaltar ainda que novas linhas de crédito agrícola no Brasil devem fazer parte do Plano Safra, aprovado pelo Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, o que dificulta o desenho de novas linhas de crédito em geral.

Oportunidades

Melhorar as condições de empréstimo às práticas sustentáveis poderia criar um incentivo para técnicas de aumento da produtividade e manejo sustentável. Por exemplo, uma inovação poderia ser a priorização desses projetos em relação aos projetos de agricultura convencional. Outra opção é melhorar as condições de pagamento (tal como reduzir as taxas de juros) para a agricultura sustentável em comparação com

² Conversas pessoais com equipe técnica do Banco do Brasil no Pará e Mato Grosso.

financiamentos para atividades convencionais. Além de melhorar a atratividade, isso poderia compensar o alto custo de investimento inicial da mudança para práticas sustentáveis. No caso de pequenos agricultores, a taxa de juros normal já é inferior à taxa de mercado. Por exemplo, varia de 1% a 5,5% no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), independentemente da sustentabilidade das práticas agrícolas.

O crédito rural pode ser uma fonte de financiamento de alguns objetivos da PCI no Mato Grosso. Anualmente o Plano Safra tem disponibilizado cerca de R\$ 180 bilhões via crédito rural nos últimos anos, o estado de Mato Grosso contrata 5,9% deste valor (R\$ 11 bilhões). O projeto UFF concluiu que a implementação de alguns dos objetivos do PCI neste Estado para as atividades econômicas rurais precisa de um investimento anual de R\$ 3,6 milhões (Stabile et al 2017).

As estimativas do projeto UFF com o gasto total para atingir as metas da PCI diferem das apresentadas pelo governo do Mato Grosso (2016) na COP 21, pois o projeto considerou também o custo necessário para criar e manter Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

2. Equity

A alavancagem por venda de capital próprio, ou o termo em inglês *equity*, geralmente se refere ao dinheiro investido em ações de uma empresa, e o retorno pago ao investidor ocorre quando as ações são vendidas ou a empresa liquidada.

Em caso de falência, os detentores de capital só são pagos quando todos os outros credores forem satisfeitos. Investidores deste tipo de título assumem mais riscos em comparação a outros tipos de capital, como empréstimos. Eles reduzem o perfil de risco para os credores e investidores subsequentes (CPI, 2013).

Quais são as barreiras e as oportunidades?

Investimentos em *equity* podem ter um papel chave em iniciar projetos arriscados e inovadores de uso da terra. Porém, há pouca disponibilidade deste tipo de capital em países em desenvolvimento, especialmente para investimentos inovadores.

O risco e o retorno são as principais barreiras ao investimento. De acordo com a Global Impact Investment Network, investimentos inovadores precisam de mais “capital de risco” - isto é, financiadores que estão dispostos a assumir a primeira perda (*first-loss*) para testar um modelo de alto impacto potencial. Além disso, atualmente há diversas incertezas jurídicas e organizacionais no Brasil em relação ao tema: (i) se isso poderia ocorrer em larga escala apenas via empresa nacional, pois há um amplo debate sobre a legislação brasileira permitir compra de terras (direta ou indiretamente) por estrangeiros; (ii) no caso da venda de ações sem lastro na terra, os produtores em geral têm baixo nível de organização gerencial (além de aspectos culturais) que dificultariam a emissão deste tipo de título em larga escala para financiar a produção.

Um exemplo de *equity* em atividades ligadas ao uso da terra são os investimentos da Kaeté Investimentos na cadeia de peixe e suínos. Eles investiram R\$ 30 milhões em dois projetos no estado do Acre, em que unidades de processamento tem acordos de compra com pequenos produtores. Outro exemplo no exterior é o SLM Australia Livestock Fund, que adquire terras agrícolas na Austrália e as administra em nome de investidores institucionais para aumentar a produtividade e recuperar terras degradadas. Uma vez que a transição é feita para um sistema mais produtivo a empresa pode revender a fazenda com retorno sobre o investimento inicial.

3. Títulos verdes (green bonds)

Um título é um instrumento financeiro para levantar grandes somas de recursos, geralmente da ordem de bilhões. O dinheiro é negociado no mercado financeiro em troca de uma promessa de retorno com juros. Nos últimos anos tem havido um interesse crescente na emissão de “títulos verdes” para o uso sustentável da terra. No entanto, na maioria dos casos, os títulos verdes têm de prover os mesmos retornos e solvência de títulos corporativos regulares, com o custo adicional de certificação. No entanto, a rotulagem verde pode potencialmente ajudar os projetos a engajar e ampliar o número de investidores.

Quais são as barreiras e as oportunidades?

O mercado de títulos verdes tem crescido de forma constante, mas as emissões para projetos de uso sustentável da terra têm sido limitadas. Os projetos de energia e de transportes lideram o mercado de títulos verdes porque estes setores são bem compreendidos, as suas carteiras são frequentemente constituídas por um pequeno número de grandes projetos e envolvem agentes bem estabelecidos no mercado.

Isto ocorre por uma série de barreiras (GCP, 2017):

- Os rendimentos de títulos são normalmente utilizados para securitizar uma carteira de projetos existentes de forma a minimizar o risco de investimento para o emitente de títulos e os compradores subsequentes. Isso significa que os títulos são frequentemente usados para projetos que já estão em andamento e angariando capital adicional, mas não são adequados para projetos conceituais ou estágios iniciais de investimento. Os investimentos de uso sustentável da terra são muito novos na maioria dos casos.
- Os empréstimos são mais adequados para um portfólio com um pequeno número de grandes projetos. Isso ocorre porque os emissores de títulos querem minimizar o risco e garantir o retorno aos investidores. Muitos projetos de uso sustentável da terra podem não apresentar a escala necessária para emitir um título.
- O custo adicional de certificação realmente os torna mais caros de emitir do que os títulos regulares. Em conversas com vários emissores de títulos, eles indicaram que há uma espera de um sinal de mercado de que é possível emitir um título verde oferecendo um menor retorno sobre o investimento.

Dadas estas restrições, os títulos verdes para uso da terra ainda são muito raros, representando apenas 3% dos títulos verdes emitidos, de acordo com uma estimativa do Climate Bonds Initiative (2016). À medida que portfólios robustos de investimentos em uso da terra são construídos, poderemos ver os títulos verdes sendo usados com maior frequência neste setor.

4. Doações

As doações canalizam o dinheiro de governos ou organizações filantrópicas, muitas vezes dadas para benefício social ou ambiental sem a necessidade de serem reembolsadas. No entanto, pode haver condições associadas ao recurso doado. Se estas condicionantes não forem cumpridas, os pagamentos subsequentes poderão ser retidos. Embora a provisão de doações seja limitada pelo seu retorno não-financeiro, está incluída neste documento para exemplificar como quantidades relativamente baixas de doações podem ajudar a alavancar o investimento de capital privado. Um importante exemplo brasileiro é o Fundo Amazônia, que permite submissão de propostas por parte de governos e ONGs para doações visando reduzir o desmatamento.

Novos projetos de alto risco podem ser particularmente dependentes deste tipo de financiamento no início. Doações e subsídios também podem ser usados para financiar elementos específicos de projetos de uso sustentável da terra que não geram lucros diretamente, por exemplo, sistemas de monitoramento ou conservação (GCP, 2017). Esses instrumentos também podem ter uma função de “risco”, alterando o perfil de retorno e risco dos investimentos para torná-los atrativos para investidores de capital privado. Por exemplo, o projeto Rural Sustentável, liderado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), recebeu 25 milhões de libras esterlinas para financiar assistência técnica, treinamento e pagamentos por resultados para a agricultura de baixo carbono em sete estados brasileiros (Rural Sustentável, 2017).

Em alguns casos, o setor privado também oferece doações. Por exemplo, o apoio da Dow Agrosciences para financiar capacitação e novas tecnologias de aumento da produtividade em parceria com universidades brasileiras em diversas regiões³. Outro exemplo é o Proleite, no qual um percentual do preço do leite é revertido ao fundo, no estado de Rondônia, para financiar assistência técnica de produtores de leite.

Quais são as barreiras e as oportunidades?

Existem duas barreiras principais para acessar doações: em primeiro lugar, a sua oferta é limitada, com os doadores determinando regras e restrições à utilização do financiamento; o segundo é o tempo necessário para acessar esses fundos, com processos de aplicação competitivos e demorados.

É igualmente necessário considerar que os mecanismos de apoio que utilizam o financiamento de doações podem ter um impacto muito limitado se forem confrontados com subsídios que na direção oposta (isto é, que apoiam as práticas de produtivas convencionais). Um estudo do Overseas Development Institute concluiu que o Brasil e a Indonésia deram mais de US\$ 40 bilhões em subsídios para apoiar a produção de carne, soja, madeira e óleo de palma, entre 2009 e 2012. Esses subsídios provavelmente terão um efeito na redução de florestas. Os subsídios totais encontrados no estudo representaram 126 vezes mais dinheiro do que os governos receberam para a conservação durante o mesmo período (ODI, 2015).

³ O Programa de Boas Práticas Agrícolas é uma parceria entre a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Dow (Dow Agrosciences, 2015)

5. Seguro agrícola

O seguro é um contrato que garante o reembolso de perdas específicas e incertas relacionadas a variações na produção agrícola. Pode alterar o perfil de risco dos investimentos em diferentes fases. Embora existam muitos tipos diferentes de seguros que podem ser úteis na condução de uso sustentável da terra, aqui nós consideramos especificamente o seguro agrícola, que visa reduzir o risco para os produtores.

Quais são as barreiras e as oportunidades?

Atualmente, o seguro agrícola no Brasil cobre apenas as perdas de produção por eventos extremos que afetam a produtividade⁴. Mas apenas 20% das áreas agrícolas brasileiras têm contrato de seguro devido ao alto custo (Globo Rural 2012). As seguradoras poderiam oferecer condições preferenciais para a agricultura sustentável, o que poderia aumentar a adoção de seguros e incentivar práticas sustentáveis. As melhores condições poderiam incluir redução de custos administrativos e recompensar uma maior parcela de perdas para propriedades que cumprem a legislação ambiental ou que tenham menor risco climático. Além disso, as companhias de seguros e os bancos poderiam fornecer produtos mais ajustados aos riscos da intensificação de pastagens e outras práticas relacionadas à sustentabilidade.

6. Acordos de compra

Atualmente os acordos de cadeia envolvem principalmente a compra de produção futura. Estes acordos podem assumir muitas formas, por exemplo, uma promessa de compra de um determinado volume de produção a um preço fixo numa determinada data, assim como o fornecimento de insumos como sementes, fertilizantes e assistência técnica em troca da compra de produção no futuro. Tal experiência pode ajudar o setor a construir casos de negócios para o investimento de capital ou empréstimos.

Os produtores agrícolas com maior escala de área e produção tem facilidade para fazer acordos de cadeia com os compradores. No entanto, em alguns casos, os pequenos proprietários podem fechar acordos de compra e venda com um produtor maior, que por sua vez tem um contrato de fornecimento com uma empresa maior. Como consequência, algumas cadeias de suprimentos, como a soja, são mais adequadas para acordos de cadeia. De fato, os acordos de troca e permuta são tão predominantes na soja e as grandes empresas de comercialização (traders, como Cargill e Amaggi) são os principais atores nesta cadeia produtiva. As traders negociam 85% de toda a produção de soja e são responsáveis por cerca de 35% do crédito total aos produtores de soja no Brasil (Junior 2011). Em 2008, eles ofereceram R\$ 14 bilhões para financiar a soja do país⁵.

Embora os acordos de cadeia não sejam um instrumento financeiro propriamente dito, são incluídos neste documento como uma ferramenta útil para reduzir o risco, para os produtores (reduzindo o risco de flutuações de preços), compradores (reduzindo o risco de falta de oferta) e os investidores nestas empresas (reduzindo o risco global de investimento).

⁴ O Brasil utiliza um índice baseado em rendimento por área para seguros, que automaticamente cobre perdas de produtividade causadas por chuvas excessivas, incêndios, relâmpagos, granizo, seca, geada e variações excessivas de temperatura.

⁵ Wesz-Junior (2011), ajustado aos preços de 2015 usando o Índice Geral de Preços médios, índice de inflação brasileiro).

Quais são as barreiras e as oportunidades?

Os acordos de cadeia podem incentivar o uso sustentável da terra se ligados a compromissos de sustentabilidade. De fato, várias empresas compradoras de commodities estão fazendo compromissos de compra de produtos advindos de áreas com desmatamento zero. Por exemplo, o comércio de soja no Brasil foi de US\$ 38,4 bilhões em 2015 e os três maiores comerciantes, que controlam US\$ 15,7 bilhões desse comércio, fizeram compromissos de desmatamento zero (TRASE, 2017). No entanto, não está claro qual proporção dessa soja é comprada por meio de acordos de cadeia. Os acordos de cadeia são mais comuns na agricultura do que na produção de carne. Por meio de acordos de cadeia, os compradores podem usar sua posição única para promover a sustentabilidade em toda a cadeia de abastecimento. Os compradores são mais sensíveis ao risco de reputação do que as instituições financeiras tradicionais e, portanto, podem estar mais interessados em incentivar a agricultura sustentável.

Por outro lado, para os produtores, os altos custos para o cumprimento dos requisitos de produção com sustentabilidade podem inviabilizar a produção. A certificação pode fornecer alguns benefícios adicionais, incluindo um preço premium para produtos certificados, afim de cobrir parte do custo extra. Além disso, a certificação pode ajudar as empresas a acessar novos mercados, como é o caso das empresas florestais que vendem madeira certificada pela FSC para a União Europeia.

Outras iniciativas baseadas nos acordos de cadeia também podem fornecer inspiração útil. Por exemplo, várias empresas norueguesas de alimentos e rações se comprometeram a comprar apenas soja certificada, de desmatamento zero. A Noruega importa apenas 0,35% da produção mundial de soja, mas compra 17% de toda a soja produzida de forma sustentável (Brubakk, 2015).

Discussão: combinando instrumentos em um mecanismo financeiro

Embora nenhum dos instrumentos financeiros acima cumpra sozinho as necessidades de financiamento da estratégia PCI, é possível combiná-los para atender às necessidades de risco e perfil de retorno dos investidores interessados. Por meio de mecanismos financeiros também é possível aumentar a escala de investimentos. Um exemplo interessante em Mato Grosso é PECSA, que combina empréstimos, capital próprio e uma garantia de primeira perda.

PECSA (Pecuária Sustentável na Amazônia) é uma empresa de gestão e parceria de pecuária (PECSA, 2017). Baseada em Alta Floresta, no norte de Mato Grosso, a PECSA forma parcerias com fazendeiros para gerenciar as fazendas ao longo de vários anos para aumentar de forma sustentável a produtividade e visa gerir mais de 100.000 hectares de pastagens e 340.000 cabeças de gado (Althelia, 2017).

Depois de avaliar o status da fazenda, a PECSA investe na intensificação sustentável do gado, incluindo reforma de pastagem, infraestrutura, treinamento e restauração florestal. O fazendeiro pode tomar parte no investimento na intensidade que interessá-lo. Os retornos sobre o investimento são distribuídos de acordo com a participação de cada uma das partes. No final do processo, a fazenda deve ter mais pessoal qualificado e cumprir as leis ambientais, além de ter um aumento sensível na produtividade, de acordo com o site da PECSA. Em uma fase piloto, a produtividade aumentou 3-5 vezes a média regional (PECSA, 2017).

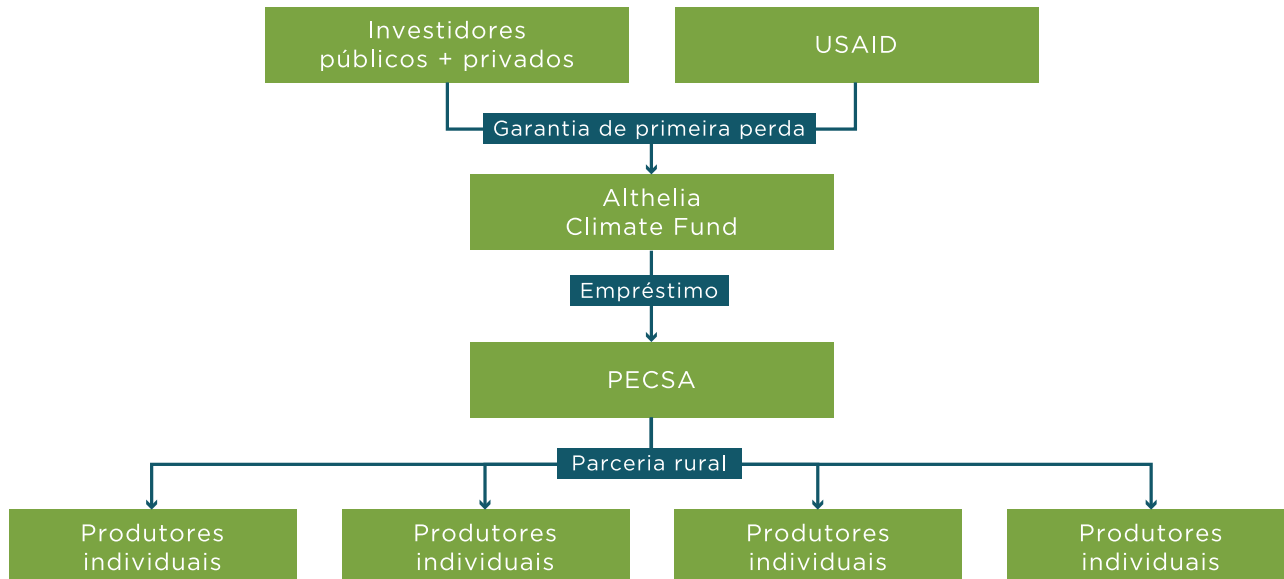


Figura 2. Estrutura de captação de recurso e investimento da PECSA.

A Althelia Climate Fund forneceu à PECSA um financiamento de 11,5 milhões de euros para iniciar operações em 20 fazendas. A Althelia fornece esse investimento para parcerias entre a PECSA e os pecuaristas, no qual os lucros do empreendimento são distribuídos de maneira transparente e equitativa. As ações desenvolvidas são compatíveis com o cumprimento do Código Florestal Brasileiro e padrões de boas práticas agropecuária (Althelia, 2017). O potencial de replicação e expansão do investimento inicial da PECSA é alto do ponto de vista do investidor, porém, é importante indicar que a PECSA surgiu como um braço comercial da ONG ICV, que já tinha um engajamento de muitos anos com produtores locais antes mesmo da parceria com a Althelia.

Conclusões e recomendações

Atingir as metas da PCI para atividades econômicas rurais exigirá investimento anual de R\$ 3,7 bilhões. O fortalecimento de áreas protegidas precisa ser parte desta estratégia, para evitar a expansão da agricultura nestas áreas. Estas atividades requerem R\$ 3 bilhões em 10 anos, incluindo R\$ 2,3 bilhões para áreas de conservação e R\$ 703 milhões para áreas indígenas. Dificilmente o financiamento público será suficiente para cumprir esta meta por si só. Portanto, é necessário que o estado de Mato Grosso alavanque investimentos privados para fechar a lacuna de financiamento. As etapas a seguir podem ajudar o estado a realizar a estratégia PCI:

1. Avaliar os requisitos de capital e a estrutura de incentivos necessários para atrair investidores. Para implementar uma agricultura sustentável, é necessário avaliar o retorno de investimentos na produção com práticas sustentáveis. Quais são as barreiras iniciais, e como elas podem ser superadas com financiamento e incentivos? (Ver UFF, 2016).
2. Existem muitos instrumentos financeiros que podem ser utilizados em conjunto. Se usados de forma eficaz, estes instrumentos podem conectar os atores-chave e os investidores. Mas é preciso mapear os investidores e produtores interessados, identificar os gargalos para atrair estes atores e sanar inseguranças (ex.: jurídicas).
3. Construir diferentes mecanismos financeiros coerentes e bem concebidos. Isto permitiria que diferentes investidores escolhessem o nível de risco e retorno com que se sintam confortáveis e, portanto, estejam dispostos a investir seu capital na agricultura sustentável do Mato Grosso.

A estratégia PCI inclui algumas metas ambiciosas. Entender a arquitetura financeira que pode ajudar a atingir estes objetivos é necessário para atrair investidores e cumprir os requerimentos de capital e assistência técnica. Com o uso efetivo de instrumentos financeiros, o estado de Mato Grosso pode atrair com êxito o capital privado necessário, aumentando de forma sustentável a produção agrícola e, ao mesmo tempo, conservando as florestas.

Referências

- Althelia, 2017. Amazon sustainable beef. Disponível em: <<https://althelia.com/investment/amazon-sustainable-beef/>>
- Climate Bonds Initiative. 2016. Green finance: green bond directions. Disponível em: <https://www.climatebonds.net/files/files/COP22_Directions_WEB.pdf>.
- CPI, 2013. Risk Gaps: First-Loss Protection Mechanisms. Climate Policy Initiative. Disponível em: <https://climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2013/01/Risk-Gaps-First-Loss-Protection-Mechanisms.pdf>
- Dow Agrosciences. 2015. Mato Grosso recebe treinamentos do Programa de Aplicação Responsável da Dow AgroSciences para a Cultura de soja e milho. Disponível em: <http://www.dowagro.com/pt-br/brasil/press/press-release/2015/08/par-soja-e-milho#.WO4k1We1vIV>
- FGV. 2015. Observatório do Plano ABC - Análise dos Recursos do Programa ABC: Foco na Amazônia Legal - Potencial de redução de GEE e estudo de caso sobre o Programa ABC em Paragominas. FGV, São Paulo.
- Forest Trends. 2015. Research and financial innovations in support of Brazil's INDC process. Disponível em: <http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_4971.pdf>.
- Globo Rural. 2012. Seguro para poucos. Disponível em: <revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT323067-18283,00.html>.
- IBGE. 2017. Agricultural production, values and areas. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>.
- Inpe. 2017. PRODES Project: annual rate of deforestation in the Amazon. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes>>.
- Kaminker, C., Stewart, F.(2012), "The Role of Institutional Investors in Financing Clean Energy", OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No.23, OECD Publishing.
- LAPIG. 2017. Spatial data about pastures and others land uses in Brazil. Disponível em: <maps.lapig.iesa.ufg.br>.
- Latawiec, A., Strassburg, B., Silva, D., Pinto, H., Feltran-Barbieri, R., Castro, A., Iribarrem, A., Rangel, M., Kalif, K., Gardner, T., Beduschi, F. Paper accepted. Improving land management in Brazil: a perspective from producers. Agriculture, Ecosystems and Environment.
- Mato Grosso (estado). 2016. Apresentação da estratégia PCI na COP 21. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/documents/21013/135265/Apresentaca%3A7%3A3o+MT+na+COP+21/3d76365e-7069-4855-adb4-3162f49a2c9a>>. Acesso em: 26 de maio de 2017.
- OZAKI, Vitor Augusto. 2013. Qual o custo governamental do seguro agrícola?. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, V. 51, n. 1, p. 123-136, March 2013. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100007&lng=en&nrm=iso>.
- PECSA, 2017. Pecuária Sustentável da Amazônia. Disponível em: www.pecsa.com.br/en/
- Reuters. 2017. Green bond issuance growth to slow after bumper 2016 - HSBC. Disponível em: <Green bond issuance growth to slow after bumper 2016 - HSBC>.
- Rural Sustentável. 2017. Sobre o Projeto RURAL SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.ruralsustentavel.org/pt-br/sobre/>
- Silva & Barreto. 2014. O aumento da produtividade e lucratividade da pecuária bovina na Amazônia: o caso do projeto pecuária verde em Paragominas. Disponível em: <www.fundovale.org/wp-content/uploads/2016/03/imazon_lucratividade_Pecuaria_Verde.pdf>.
- Stabile, Marcelo C. C., Andréa Aguiar Azevedo, and Daniel C. Nepstad. 2012. "Brazil's 'Low Carbon Agriculture' Program: Barriers to Implementation." Brasília-DF, Brasil: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).
- Stabile, M. C. C.; Woldmar, R.; Azevedo, A. A., Silva, D.. 2017. Financiando Paisagens Sustentáveis: Mato Grosso, Brasil. Relatório Final. IPAM e Coord. Stabile, M. C. C. IPAM, Brasília-DF, 2017
- Trase. 2017. Trade volume of soy with zero deforestation commitments in state of Mato Grosso, Brazil. Disponível em: <www.trase.earth>.
- UFF. 2016. Agriculture to tackle deforestation in Mato Grosso, Brazil. Disponível em: < <http://financingsustainablelandscapes.org/pilot-projects/agriculture-tackle-deforestation-mato-grosso-brazil>>
- Wesz-Junior, V.J. 2011. Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

